

Fernando Oliveira Baptista

© Fernando Oliveira Baptista, 2010

Fernando Oliveira Baptista
O Espaço Rural. Declínio da Agricultura

O ESPAÇO RURAL

Declínio da agricultura

Primeira edição: Abril de 2010
Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-972-774-269-1

Depósito legal: 315950/10

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo: Celta Editora

Impressão e acabamentos: Publicisa, Espanha

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

E-mail: mai@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

A agricultura não é agora sinónimo de rural, nem hegemoniza a utilização do espaço. Estas transformações ocorreram num contexto mais amplo em que se alterou a relação das pequenas economias rurais com os sistemas urbanos, melhoraram as condições de vida da população rural e a sociedade redefiniu as suas expectativas. Neste processo, o rural e o espaço agro-florestal ganharam novos contornos. É a transição rural, de que, neste texto, se vão analisar alguns aspectos.¹

Neste texto, na sequência de um trabalho anterior (Baptista, 2001), faz-se equivar o rural ao conjunto dos aglomerados de pequena dimensão que se dispersam pelo espaço agro-florestal. O conjunto deste último e do rural, designa-se por espaço rural.

Para definir o que se entende por pequenos aglomerados, ou seja, para delimitar o rural tomou-se o concelho como unidade de análise e considerou-se, como rural o conjunto da população isolada e da que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes. Destas opções decorre uma consequência que convém evidenciar. Em cada concelho pode haver, e é o que sucede na maior parte dos casos, população urbana e população rural, ou seja, uma parte urbana e uma parte rural.

1 Este texto é um resultado parcial do Projecto AGRO 62, "As dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do Continente português", em que participaram equipas da ANIMAR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural), Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas (Departamento de Estatística Experimental, Economia e Sociologia Agrárias da Estação Agrária Nacional) e do Instituto Superior de Agronomia (Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural). Neste texto retomam-se também, em parte, um trabalho anterior (Baptista, 2006), relativamente ao qual se reformulou, sobretudo, o tratamento da economia do rural. Acrescentaram-se, também, dois novos pontos: um sobre a importância social e cultural da agricultura, e outro sobre a participação na vida local e a avaliação das instituições e organizações.

A diversidade do rural foi, depois, estabelecida com base em dois indicadores: a percentagem da população rural activa agrícola na população rural activa e a densidade rural (habitantes/km²), que se calculou dividindo a população residente rural pela área rural.² Com base na informação do Censo da População de 2001, definiram-se no Continente quatro zonas³: o rural de *baixa densidade*, em que a densidade rural (DR) é inferior a 30 habitantes/km²; o rural *agrícola*, com uma densidade rural superior a 30 habitantes/km² e com a percentagem da população rural activa agrícola na população rural activa (PRuAA/PRuA) maior ou igual a 15%; o rural de *indústria e serviços*, com a DR ≥ 30 e < 100 habitantes por km² e a PRuAA/PRuA inferior a 15%; o rural *urbano* com a DR > 100 habitantes/km² e a PRuAA/PRuA menor que 15%.

Da aplicação destes critérios não resultaram manchas contínuas. Para as obter, procedeu-se à transferência, de uma zona para outra, de 43 concelhos, num total de 269. Por último, recorrendo a um conjunto de 32 variáveis externas aos critérios utilizados para definir as zonas, validou-se, com recurso à análise de variância, a hipótese de diferenciação entre si das zonas delimitadas (Poças, 2006).

A zonagem obtida está expressa no mapa e alguns dos indicadores que a caracterizam reunidos no quadro 7.1. No anexo 10, encontra-se a lista dos concelhos por zona do rural.

Dos resultados do quadro, destaca-se apenas que ao rural *urbano* cabe quase metade da população rural e um terço do Valor Acrescentado Bruto (VAB) Agricultura + Floresta e que no rural de *baixa densidade*, apesar deste compreender seis décimos da superfície total, apenas reside 16% da população rural.

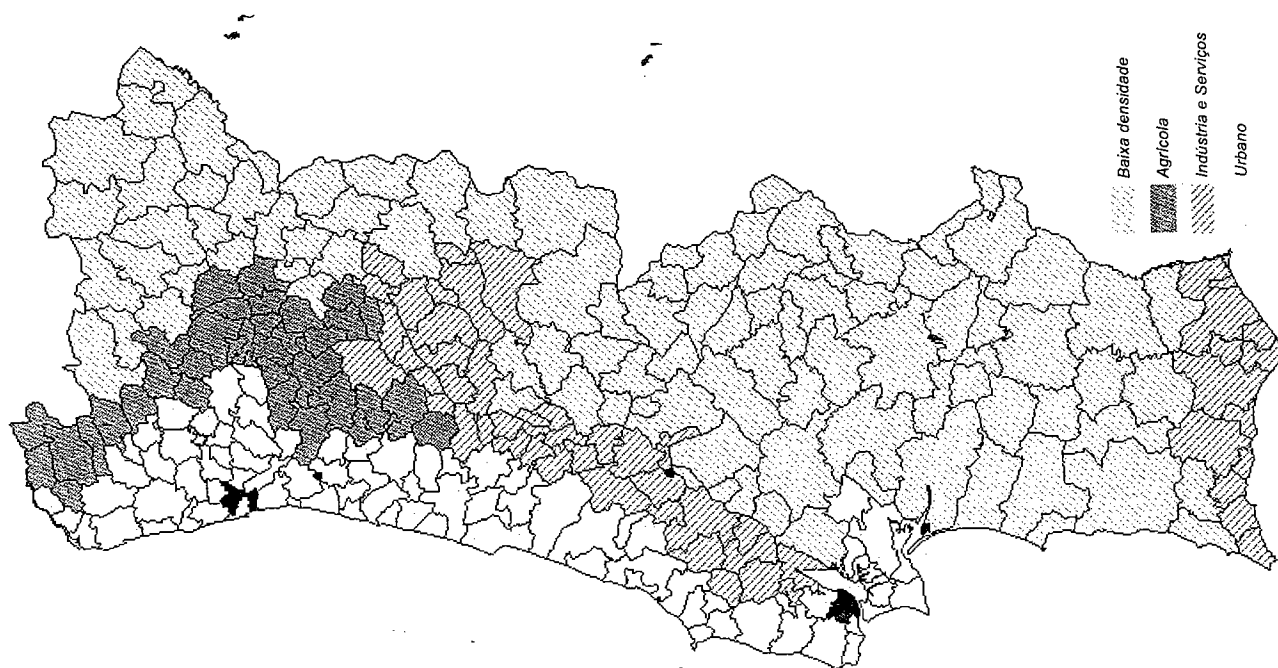
No âmbito do Projecto AGRO 62, seleccionaram-se ainda oito freguesias,⁴ repartidas pelas quatro zonas, para que se apuraram algumas características socioeconómicas de todos os residentes e das entidades (definidas como unidades organizacionais, usufruindo da capacidade de decisão quanto à afectação de meios e recursos) com acção local. A informação assim reunida vai referir-se no texto como *Inquérito I*.⁵ A uma amostra das pessoas singulares residentes aplicou-se depois um questionário por inquérito a opiniões, atitudes e

2 Os critérios utilizados para a delimitação das zonas e para a definição do rural foram estabelecidos, atendendo à experiência de outros países e regiões (Arnalte *et al.*, 1998) e OCDE (2006), e com base num trabalho anterior (Novais *et al.*, 2000). Os conceitos e definições utilizados, e o modo como foram operacionalizados, podem ver-se em Rolo (2003a) e Poças (2006).

3 Não se consideraram, para esta definição, nove dos 278 concelhos do Continente. Seis devido ao seu carácter estritamente urbano (Amadora, Entroncamento, Lisboa, Maia, Porto e S. João da Madeira) e três (Odivelas, Trofa e Vizela), criados em 1998. Em Baptista (2006) indicou-se, por lapso, Viseu em vez de Vizela.

4 Cf. em Rolo (2003a) a metodologia e os procedimentos seguidos nesta selecção para obter freguesias representativas do espaço rural.

5 Cf. M. Baptista (2004), Barros (2004), Canadas (2004), Coelho (2004), Lourenço (2004), Rodrigo (2004), Rodrigues (2004) e Veiga (2004).



Quadro 7.1 Zonas do rural

	Zonas do rural				Continente ⁽¹⁾
	Urbano	Indústria e serviços	Agrícola	Baixa densidade	
Densidade rural média (2001)	165,0	59,8	61,1	13,2	110,8 ⁽²⁾
Nº de concelhos	80,0	55,0	36,0	98,0	278,0 ⁽³⁾
Superfície do Continente (%) ⁽³⁾	16,7	15,1	8,6	59,2	100,0 ⁽³⁾
População rural (%) (2001)	54,5	18,1	10,5	15,7	100,0 ⁽³⁾
Porcentagem da população rural em relação à população residente (2001)	44,2	59,9	89,4	56,9	44,7
Valor Acrescentado Bruto Agricultura + Floresta ⁽⁴⁾ (%) (2000)	32,7	18,7	10,8	37,2	100,0 ⁽⁵⁾

(1) Continente: todos os concelhos, partes rural e urbana. Inclui todos os concelhos, mesmo os que não foram considerados para definir as zonas do rural.

(2) Densidade da população residente.

(3) Superfície total.

(4) Refere-se ao conjunto de parte urbana e rural.

(5) A diferença da soma das zonas do rural para o total do Continente deve-se aos nove concelhos não considerados na análise.

Fonte: Censo da População 2001 e Rolo (2003b). Elementos retirados de Poças (2006).

comportamentos e que, neste texto, se vai designar por *Inquérito II*.⁶ Foi ainda elaborada uma monografia caracterizadora de cada uma das oito freguesias seleccionadas e inquiridas:⁷ Mofreita (concelho de Vinhais); Eiriz (Paços de Ferreira); Sever (Santa Marta de Penaguião); Ventosa (Vouzela); Montalvo (Constância); Pedrógão de São Pedro (Penamacor); Vila Nova de São Bento (Serpa) e Tôr (Loulé).⁸

6 Os resultados do *Inquérito II* estão publicados em M. Baptista *et al.* (2006) e em CD (Projecto Agro62, "As dinâmicas socioeconómicas dos espaços rurais do Continente português", Inquérito aos agentes locais: quadros de apuramento; bases de dados; questionário do inquérito, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 2007). No Inquérito II, em cada freguesia, inquiriu-se: uma amostra da população residente; uma amostra das unidades agrícolas; uma selecção das entidades (organizações e instituições) com actividade na freguesia; uma selecção feita por escolha de titulares de alojamentos familiares não ocupados em permanência; uma amostra dos proprietários do espaço da freguesia, não titulares de uma unidade agrícola.

A análise dos resultados do Inquérito II evidenciou, dadas algumas distorções na sua execução, que apenas a informação relativa à população residente pode ser utilizada para comparar os resultados das freguesias inquiridas. De qualquer modo, os outros resultados do inquérito são válidos para o estudo individualizado de cada freguesia. Por estes motivos, neste texto apenas se vão utilizar os elementos relativos à população singular residente. Os procedimentos seguidos para estabelecer a amostra podem consultar-se em Esteves (2004), e uma apreciação desta amostra encontra-se no anexo 12 apresentam-se algumas características da amostra inquirida.

7 Ver, no anexo 11, algumas características de cada uma das freguesias.

8 M. Baptista (2006), Canadas (2006), Coelho (2006), Lourenço (2005), Rodrigo (2005), Veiga (2005b) e Veiga *et al.* (2006).

A análise da transição rural, que se apresenta neste texto, centra-se nas características e transformações do espaço rural. Deixa-se, assim, de lado, de modo substancial, o outro lado da história. Ou seja, a perspectiva urbana, com as suas dinâmicas, agentes e interesses que crescentemente vem actuando no espaço rural, percebido, em larga medida, como um projecto-natureza (cf. Mormont, 1996; Mormont e Mougnot, 2002; Nave, 2003).

Posta esta introdução, o texto que se segue está organizado em sete pontos. Os três primeiros centram-se na economia das zonas, na população rural e nas economias locais. Depois analisa-se o espaço agro-florestal, e no ponto seguinte refere-se, de modo sintético, a relação entre o rural e a agricultura no último meio século e as dimensões da persistência desta última, para além do seu peso económico. Por último, apreciam-se as dinâmicas de participação e a avaliação das instituições e organizações, e conclui-se com uma nota final.

O rural: a economia das zonas

Para caracterizar a economia das zonas do rural recorre-se, em primeiro lugar, a dois indicadores: a composição da população rural activa (PRuA) e do Valor Acrescentado Bruto (VAB), por ramos de actividade (quadro 7.2). Con- vêm ainda esclarecer que a informação relativa à PRuA se refere ao rural, enquanto o VAB corresponde ao total de cada zona, ou seja, ao conjunto da parte rural e da urbana. Esta circunstância introduz uma distorção que pode avaliar-se comparando, para cada zona, a percentagem do VAB Agricultura + Floresta no VAB total dos concelhos *totalmente rurais* e dos que não são *totalmente rurais* (quadro 7.3). Como seria de esperar, o valor daquela percentagem é, em todas as zonas, mais elevado nos concelhos *totalmente rurais*, sendo a diferença mais relevante no rural *urbano*.

Tendo em atenção este enviesamento, retomam-se os elementos apre- sentados no quadro 7.1 e destacam-se alguns pontos. Em todas as zonas do rural a soma das indústrias transformadoras, construção civil e serviços mer- cantis ultrapassa, tanto na PRuA como no VAB, os cinquenta por cento. Os serviços públicos têm uma posição relevante nas quatro zonas, embora me- nos destacada no rural *urbano*. O peso relativo do desemprego é mais acentu- ado nos rurais *agrícola* e de *baixa densidade*. É também nestas duas zonas que a agricultura e a silvicultura ainda têm maior expressão, embora já minoritária no conjunto das actividades económicas.

Esta última conclusão exige um comentário adicional sobre a heteroge- neidade das zonas que, a propósito da agricultura e da silvicultura, é notória nos rurais *agrícola* e de *baixa densidade*. Assim, destacam-se nos 134 concelhos destas duas zonas, 18 concelhos em que tanto a percentagem do VAB Agricul- tura + Floresta no VAB, como a da PRuA na PRuA é maior ou igual a 25%. Doze destes concelhos são, total ou parcialmente, abrangidos pela bacia do Douro, tendo cinco sido classificados como rural *agrícola* e sete como rural de

Quadro 7.2 Repartição da população rural activa (PRuA) e do Valor Acrescentado Bruto (VAB), por ramos de actividade

Zonas do rural	Ramos de actividade							Total
	Agricultura e Silvicultura	Indústria transformadora	Construção civil	Serviços mercantis ⁽¹⁾	Serviços públicos ⁽²⁾	Desempregados		
Urbano	PRuA VAB	32,0 25,3	15,2 8,4	27,4 41,4	11,9 18,6	5,3	100,0	
Indústria e serviços	PRuA VAB	7,1 17,9	15,6 7,7	33,6 44,3	15,8 20,7	5,9	100,0	
Agrícola	PRuA VAB	18,6 11,8	18,6 12,2	22,9 32,6	15,7 27,4	7,8	100,0	
Baixa densidade	PRuA VAB	21,3 14,7	14,5 8,1	22,2 30,1	18,2 26,9	8,6	100,0	
Continente ⁽²⁾	PA ⁽³⁾ VAB	4,1 18,8	11,2 7,4	34,5 45,6	18,9 20,7	6,9	100,0	

(1) A diferença entre a soma das percentagens dos ramos de actividade e 100, 0%, corresponde aos ramos não discriminados.

(2) O conjunto do Continente, ou seja, parte rural e parte urbana.

(3) População activa.

(4) CAE G e K e O, da Classificação das Actividades Económicas, ou seja, na prática, o conjunto dos serviços não públicos.

(5) Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; Educação; Saúde e Acção Social.

Fonte: *Censo da População 2001 e Rolo (2003b)*. Resultados retirados de Poças (2006).

baixa densidade. A maior presença da agricultura nestas manchas tem relevo local e não pode ser ignorada em análises feitas para uma escala maior mas, dados os objectivos e preocupações deste texto, não invalidam as conclusões genéricas antes retiradas.

O nível e o tipo de agregação dos elementos apresentados no quadro 7.2 oculta, ainda, uma realidade que actualmente se afirma no espaço rural, e que corresponde ao crescendo de procuras urbanas em três dimensões: protecção da natureza e conservação ambiental, a par da valorização económica dos recursos naturais; actividades territoriais (caça, desporto, lazer, ...) e actividades associadas à *herança rural* (patrimónios material e imaterial), nomeadamente quanto à sua valorização económica.

Estas dimensões são, afinal, três das cinco funções que, actualmente, sintetizam as expectativas da sociedade em relação ao espaço rural. As outras duas são a produção agrícola (e não a agricultura) e a produção florestal (e não a floresta). Mais adiante, neste texto, vai retomar-se esta questão.

O efeito de ocultação que antes se referiu, decorre dos critérios de recolha e divulgação da informação secundária dificultarem os apuramentos relativos a cada uma daquelas três funções, associadas a *novas* procuras urbanas. Assim, por exemplo, a designação agricultura, que antes coincidia com a produção agrícola, agora recobre ainda esta produção mas, em muitos casos, também actividades territoriais (caça, desportos...) ambientais (paisagens, relação com a natureza, ...) e ligadas à *herança rural* (produtos de qualidade,

Quadro 7.3 VAB Agricultura + Floresta/VAB (%), nos concelhos exclusiva ou parcialmente rurais

Zonas do rural	Número de concelhos		VAB Agricultura + Floresta/VAB (%)	
	Exclusivamente rurais	Não exclusivamente rurais	Concelhos exclusivamente rurais	Concelhos não exclusivamente rurais
Urbano	7	73	12,2	1,8
Indústria serviços	17	38	7,6	4,3
Agrícola	25	11	14,8	9,1
Baixa densidade	30	68	19,4	14,1
Total	79	190	14,2	3,8

Fonte: Rolo (2003b). Valores calculados por Poças (2006).

saberes tradicionais). Nos serviços mercantis também se encontram muitas das unidades económicas e das instituições, públicas e privadas, que regulam, promovem, organizam ou asseguram a logística das actividades associadas a estas *novas* procuras. Também na indústria agro-alimentar há situações deste tipo. Acrescente-se, ainda, que a não diferenciação estatística destas actividades contribui também para empolar o peso das que são consideradas.

As dificuldades decorrentes das características da informação secundária não podem, no entanto, escamotear a presença, com importância crescente, destas actividades no espaço rural. Existem, de resto, numerosos trabalhos e elementos que a confirmam. Alguns exemplos. Santos (1999) e Madureira (2001) analisaram as procuras de paisagem no Gerês e em Trás-os-Montes. Figueiredo (2003a, 2003b e 2007) estudou o consumo ambiental do espaço no Parque Natural de Montesinho e na Serra da Freita. As zonas de caça turística e associativa ganharam grande relevo (Bastos, 2005). Nos baldios da Região Norte do Continente, como se mostrou na primeira parte deste livro, alguns inquéritos evidenciaram um panorama amplo e diversificado de consumo do espaço: passeios, piqueniques; percursos pedestres e de orientação; BTT; exploração de trilhos antigos; passagem de *rallys*; escalada; campos de *paintball*; percursos de caça simulados; tiro com arco fixo; recolha de cogumelos; colecta de plantas medicinais e aromáticas; pesca; canoagem; *rafting*; *hoverscraft*; ultraleves; acções de educação ambiental e iniciativas de defesa do ambiente e da conservação da natureza. Estas actividades são, geralmente, desenvolvidas em regime de livre acesso e sem qualquer benefício para as comunidades que têm direitos sobre os baldios. Godinho (2006) e Raposo (2006) evidenciaram a mercantilização de festas populares em aldeias de Trás-os-Montes. Fragata (2003) sintetiza, num panorama expressivo, a situação dos produtos de qualidade. O turismo rural tem vindo a aumentar e, para muitos agentes do espaço rural, aparece como a via privilegiada para o desenvolvimento, sendo, de qualquer modo, necessário adquirir

maior conhecimento sobre quais têm sido as suas consequências no espaço rural (Ribeiro, 2003a e 2003b).

A relevância crescente das actividades ambientais, territoriais e ligadas à *herança rural*, de que no parágrafo anterior se reuniram alguns exemplos, acompanhada pela retracção do peso relativo da produção agrícola, tem contribuído para a visão do espaço rural como um *espaço de consumo*. Como mostrou Bandeira (2000), para o Alentejo, esta é já a imagem transmitida pela imprensa.

Apesar da dificuldade, já antes referida, de calcular o peso económico do conjunto destas actividades, as indicações de que se dispõe (cf. Rolo 2003b e 2006) mostram que a sua expressão é ainda modesta, embora a sua expansão esteja em crescimento acentuado e constitui um dos eixos mais promissores do desenvolvimento rural. Os efeitos destas actividades têm ainda, no entanto, de ser analisados e ponderados a outros níveis. Muitas vezes são promovidas por agentes exteriores e organizados de tal modo que os seus efeitos no espaço rural são diminutos (cf. Ribeiro, 1998). Mesmo ao nível de cada região é geralmente nos centros de maior dimensão que se centraliza a organização e os benefícios destas actividades. Os pequenos aglomerados rurais estão, com frequência, arredados dos efeitos positivos destas actividades mesmo nos casos em que estas percorrem os seus espaços. Assim, nas monografias realizadas sobre sete freguesias estudadas no Projecto AGRO 62, antes referido, não se destacam, com relevo, efeitos deste tipo de actividades (M. Baptista, 2006; Canadas, 2006; Coelho, 2006; Lourenço, 2005; Rodrigo, 2005; Veiga, 2005b e Veiga *et al.*, 2006). Uma das questões a encarar no processo de transição rural é encontrar vias que permitam associar, de modo efectivo, as pequenas economias rurais a estas *novas* procuras.

Uma das teorias de desenvolvimento rural mais difundidas (cf. Ploeg *et al.*, 2002 e Huylenbroek e Durand, 2003) enfatiza a importância das explorações agrícolas na promoção das actividades que vêm sendo referidas. Este processo corresponderia a uma diversificação dos domínios a que se dedicam aquelas unidades. Sucede que, em Portugal, esta diversificação ainda tem uma expressão pouco relevante⁹, além do que os seus feitos, em muitos casos, não se sentem de modo significativo nos aglomerados rurais. É, por exemplo, o que se passa com muitos dos patrimónios edificados rurais, antes associados a famílias ligadas à agricultura, e agora convertidos

9 Segundo o *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 2005*, em Portugal 10, 6% das explorações agrícolas com dimensão económica igual ou superior a uma Unidade de Dimensão Económica, declararam praticar actividades não agrícolas. Sucede, no entanto, que 86% destas unidades só indicaram, como diversificação, a transformação dos seus produtos, actividade que, seguramente, na grande maioria dos casos, não supõe uma articulação com novos mercados e, pelo contrário, é apenas a tradicional transformação, muitas vezes destinada ao autoconsumo.

em unidades de turismo ou com zonas de caça turística nas grandes propriedades do Alentejo.¹⁰

A perda de hegemonia da produção agrícola e florestal e a emergência das actividades ambientais, territoriais e ligadas à *herança rural*, tiveram uma dupla consequência na utilização e gestão do espaço rural. Este está agora segmentado entre as funções que assegura e repartido pelos interesses sectoriais dos que promovem e organizam as diferentes actividades. Já não é um espaço agrícola.

O rural: a população

Relativamente à população rural uma primeira constatação refere-se à grande transformação nas condições de vida que se verificou nas últimas décadas. Criaram-se escolas, outros serviços (saúde, administrativos, de apoio técnico, bombeiros, etc.) e equipamentos (centros de apoio a idosos, polidesportivos, pavilhões culturais, etc.) em vilas e pequenas cidades. A água canalizada e as fossas sanitárias foram instaladas mesmo em povoados de pequena dimensão onde, evidenciando a crescente ruptura da agricultura e dos modos de vida com a natureza, também se difundiram redes de recolha de lixo. Adensou-se a rede viária e aumentou a densidade da televisão e dos telefones. Acelerou-se, nalgumas zonas, a difusão de fábricas e oficinas. As sociabilidades ganharam novos contornos, mudaram-se os padrões de comportamento e multiplicaram-se os contactos com as cidades e vilas de maior dimensão. Resta acrescentar que estas transformações, embora com intensidades diferentes, abrangeram a grande maioria dos povoados rurais.

No entanto, a par destas mudanças persistiram algumas características que, em geral, se associam ao mundo rural tradicional, como mostrou o *Inquérito II*. Neste, como já antes se referiu, inquiriram-se oito freguesias, repartidas pelas quatro zonas do rural. As freguesias são: Eiriz (concelho de Paços de Ferreira), no rural *urbano*; Montalvo (Constância) e Tôr (Loulé), no rural de *indústria e serviços*; Sever (Santa Marta de Penaguião) e Ventosa (Vouzela), no rural *agrícola*; Mofreita (Vinhais), Pedrógão de São Pedro (Penamacor) e Vila Nova de São Bento (Serpa), no rural de *baixa densidade*. Os resultados do inquérito (quadro 7.4) evidenciam que se trata de um rural de nascimento (a larga maioria dos inquiridos nasceu no âmbito onde agora reside), familiar (*idem* relativamente à existência de familiares) e de interconhecimento (cada inquirido conhece muitos dos outros habitantes). A única excepção a este panorama é Montalvo, relativamente ao âmbito do nascimento, pois apenas 42% dos inquiridos nasceram onde agora habitam. Esta situação decorre de ser recente a presença da indústria nesta freguesia — tendo

10 Sobre os efeitos do turismo rural e da caça nos povoados rurais, cf. Ribeiro (2003a), Cavaico (1999a, 1999b e 2003) e Bastos (2005).

Quadro 7.4 Lugar de nascimento, relações familiares e interconhecimento

Freguesias (zona do rural) ⁽¹⁾	Número de inquiridos	Lugar de nascimento (percentagem do número de inquiridos que nasceu na freguesia/concelho onde reside)		Familiar (percentagem do número de inquiridos que tem familiares próximos na freguesia)	Interconhecimento (percentagem do número de inquiridos que conhece muitos residentes no lugar/freguesia onde reside)	
		Freguesia	Concelho		Na freguesia	No lugar
Eiriz (U)	84	50	82	83	50	76
Montalvo (IS)	64	42	42	92	83	69
Tôr (IS)	49	45	69	73	51	75
Sever (A)	48	83	90	92	31	75
Ventosa (A)	44	66	91	100	82	100
Mofreita (BD)	17	71	94	88	100	83
Pedrogão de São Pedro (BD)	29	86	90	93	83	83
Vila Nova de São Bento (BD)	124	73	81	92	65	97

(1) U - Urbano; IS - Indústria e serviços; A - Agrícola; BD - Baixa densidade.
Fonte: *Inquérito II*, questões 10, 15 e 21.

vindo a desenvolver-se, sobretudo, desde os anos setenta — e de ter ocorrido no contexto de uma “intensa interação económica e social” (M. Baptista, 2006) com outros concelhos do Médio Tejo, o que favoreceu a instalação, em Montalvo, de residentes vindos de outras zonas.

No *Inquérito II*, apuraram-se também resultados relativos à atratividade das freguesias, preferência de local para residir, participação em acontecimentos na freguesia e entreajudada (quadro 7.5). O indicador calculado para esta última tem apenas como objetivo avaliar a sua existência mesmo quando tem pouca expressão. Traduz, assim, a percentagem do número de inquiridos que, no último ano (por referência à data do inquérito), beneficiaram e/ou prestaram um serviço de entreajudada. O indicador permite concluir que, excepto no rural agrícola, e na *baixa densidade* transmontana (Mofreita), a entreajudada abrange menos de metade dos residentes, o que, seguramente, indicia um declínio, de resto, já analisado por alguns autores (cf. Hespanha, 2002). Este declínio foi, com frequência, acompanhado por adaptações à crescente relação com o mercado e à modernização tecnológica da agricultura. Estas adaptações não têm, no entanto, impedido a progressiva erosão das sociabilidades tradicionais, como tem sido evidenciado em trabalhos sobre: a entreajudada agrícola (Ribeiro, 1997 e Silva, 1998); as mútuas de seguro de gado (Henriques, 1999); os regadios colectivos do Norte do país (Portela, 1996 e Dries, 2002) e os baldios.

Retomando o quadro 7.5, verifica-se que há, apesar do valor mais baixo em Tôr, uma participação significativa dos inquiridos nos acontecimentos que ocorrem na freguesia. Relativamente à atratividade colocou-se, a

Quadro 7.5 Atratividade, preferência de residir, entreajudada e participação

Freguesias (zona do rural) ⁽¹⁾	Nº de inquiridos	Atratividade da freguesia (média de respostas por inquirido) ⁽²⁾		Preferência de residir na freguesia (% do número de inquiridos)		Entreajudada (percentagem do número de inquiridos que no último ano beneficiou e/ou prestou um serviço de entreajudada)	Participação em acontecimentos na freguesia ⁽³⁾ (número médio, por inquirido, no último ano)
		favorável	desfavorável	≥20 a <30 anos	total		
Eiriz (U)	84	12,6	4,9	76	81	50	1,9
Montalvo (IS)	64	18,3	4,2	91	81	22	1,4
Tôr (IS)	49	5,7	0,6	75	86	35	0,9
Sever (A)	48	10,2	10,2	85	100	71	1,5
Ventosa (A)	44	14,9	8,0	100	91	86	2,1
Mofreita (BD)	17	10,2	12,3	59	59	88	2,4
Pedrogão de São Pedro (BD)	29	17,8	3,9	72	72	52	2,2
Vila Nova de São Bento (BD)	124	13,1	11,4	73	88	41	1,3

(1) U - Urbano; IS - Indústria e serviços; A - Agrícola; BD - Baixa densidade.

(2) A diferença para 25 da soma do “favorável” e do “desfavorável” corresponde a não respostas.

(3) Festas religiosas, acontecimentos culturais, reuniões da Junta de Freguesia, reuniões da sociedade recreativa/clube desportivo/grupo cultural, comissão de festas, reuniões de vizinhos para tratar de assuntos do lugar onde reside, reuniões de pais na escola e outros.

Fonte: *Inquérito II*, questões 12, 13, 16 e 23.

cada inquirido, um conjunto de 25 temas e perguntou-se-lhe se, para os seus objectivos face a cada um destes pontos, a freguesia onde residia era favorável ou desfavorável. Exemplificam-se alguns destes temas: “acesso à habitação”; “viver num ambiente melhor”; “beneficiar de boas lojas, restaurantes, escolas e espaços de lazer”; “valorizar a sua carreira profissional”; “ter acesso à educação”; “educar os filhos”; “ter acesso à saúde”; “participar na vida política”. No apuramento dos inquiridos contou-se, para cada inquirido, o número de indicações favorável, desfavorável ou não resposta. A soma é igual a 25. Comentam-se brevemente, de seguida, os resultados obtidos confrontando-os com a questão relativa à preferência do local de residência.

No rural urbano e de indústria e serviços coincidem, apesar das não repostas em Tôr, a preferência de favorável na atratividade, com a preferência para residir. Nas zonas de *baixa densidade* e agrícola o panorama é mais diversificado: Mofreita e Sever não foram consideradas favoráveis e em Vila Nova de São Bento é escassa a diferença entre as duas opiniões. Só em Ventosa e Pedrogão de São Pedro, a opção favorável tem uma expressão mais nítida. Apesar destas diferenças a preferência de residir foi claramente maioritária, excepto em Pedrogão de São Pedro no escalão etário entre os 20 e os 30 anos.

Nas respostas dadas pesou, seguramente, o facto de não aparecerem como uma alternativa desejável outros locais para residir. A mudança operada nas condições de vida locais nas últimas décadas favorece estas opções que, no entanto, como adiante se refere, não têm evitado a saída de população nos rurais *agrícola* e de *baixa densidade*. Ou seja, embora a alternativa de sair já não seja desejável continua, com frequência, a ser a única possível.

A análise dos elementos reunidos nos quadros 7.4 e 7.5 evidenciou, numa apreciação genérica, a persistência de um rural de nascimento, familiar, de interconhecimento e em que há participação nos acontecimentos da freguesia. Por outro lado, verificou-se o declínio da entreada e uma apreciação favorável dos lugares de residência. Notou-se ainda que há diferenças entre as freguesias e que, uma ou outra, não se reconhece em todos os aspectos desta síntese. Estas diferenças são, no entanto, bem menores do que as verificadas na estrutura e variação da população rural. O quadro 7.6 evidencia estas diferenças, por zonas do rural. O contraste é nítido entre o rural *urbano* e mesmo o de *indústria e serviços*, e as outras duas zonas, em especial o rural de *baixa densidade*. Neste, é maior o envelhecimento da população e o peso das pensões e reformas, como principal meio de vida; há ainda uma menor taxa de actividade e um grande despovoamento, que persiste mesmo na última década. No rural *agrícola*, apenas o envelhecimento é menor e as perdas de população menos acentuadas.

Ainda duas notas sobre estas características. A primeira, para sublinhar a presença significativa, em especial no rural *agrícola* e no de *baixa densidade*, desta população envelhecida e vivendo de pensões. Apenas lhe resta alguma influência na eleição dos autarcas locais. Como evidenciou Veiga (2005a) para o concelho de Alvito, constituem um grupo em que prevalecem "estratégias defensivas". Nobre *et al.* (2003) e Fragata e Portela (2000) mostram também, para Trás-os-Montes, como os idosos se adaptam e sobrevivem no actual processo de transformação.

A segunda nota é sobre o despovoamento. A sua persistência revela que as dinâmicas socioeconómicas do espaço rural ainda estão associadas à perda de população. Convém, de qualquer modo, clarificar os parâmetros deste tema.

Argumenta-se, com razão, que o contínuo abandono dos povoados rurais conduz a situações que limitam as sociabilidades e que simultaneamente vão justificando o desmantelamento de equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, ...) nas manchas mais despovoadas, concentrando-os nos aglomerados de maior dimensão. Daqui conclui-se depois que se vão erodindo os limites de população que poderiam sustentar o desenvolvimento.

A esmagadora maioria dos que abandonaram os campos logo que puderam, nomeadamente na grande sangria dos anos sessenta, fugiram de um mundo que não lhes dava quaisquer possibilidades de melhoria de vida que tinham. Emigraram, foram para a cidade e este movimento, embora com uma amplitude decrescente, foi persistindo.

Quadro 7.6 Características e variação da população rural

	Zonas do rural	Zonas do rural			Contínente (população residente)
		Urbano	Indústria e serviços	Agrícola	
% da população rural (2001)	≥ 65 anos cujo principal meio de vida é pensão/reforma com actividade	14,3 32,4 48,2	21,4 29,9 43,5	21,0 34,5 38,3	16,5 30,4 48,4
Variação da população rural	1960-2001 1991-2001	0,0 -9,8(*)	-18,4 2,4	-30,0 -7,7	-48,8 -14,6

(*) Esta variação negativa explica-se pelos aglomerados que ao aumentarem a sua dimensão, ultrapassaram o limiar dos 2000 habitantes e passaram a ser classificados como urbanos.

Fonte: Censo da População 2001. Informação retirada de Poças (2006).

Os que saíram eram, quase todos, uma população de algum modo ligada à agricultura: trabalhadores e agricultores que a abertura dos mercados e a tecnologia tornaram desnecessários e que teriam, seguramente, pelas suas histórias e identidades pessoais, pelos seus hábitos e competências, grande dificuldade em se reconverterem às actividades que hoje se propõem para revitalizar o espaço rural, não como um espaço de produção mas como um *espaço de consumo*.

Não é, de qualquer modo, este êxodo que hoje se questiona. O objectivo seria, agora, fixar os jovens que ainda resistem e fomentar mesmo a instalação de novos residentes. Seriam estes grupos que, devidamente apoiados, poderiam contribuir para gerar uma oferta moderna e adaptada à reorientação da economia do rural. Mas para alcançar este objectivo não é necessário refazer as antigas densidades populacionais, estas poderiam mesmo ser um obstáculo.

A estes residentes, haveria que acrescentar neste modelo os que se instalariam sobretudo como consumidores. Sejam os que viriam viver as suas reformas para os campos ou os que aí fariam largas permanências em residências secundárias, sejam os que viriam por períodos mais curtos ou mesmo em breves passagens. Estes grupos, cujo número vai evoluindo a par do tipo e do ritmo da reestruturação das actividades do lado da oferta, também não revertem acentuadamente o quadro demográfico.

A experiência de outros países tem evidenciado que nas zonas em que o rural se vai convertendo, sobretudo, num *espaço de consumo*, tende a haver um estancar do declínio populacional e, por vezes, há mesmo algum revigoreamento demográfico. De qualquer modo, sempre a níveis muito baixos (por referência ao passado) e decorrentes de modelos de desenvolvimento assentes na baixa densidade populacional e para os quais não têm surgido alternativas viáveis no actual contexto socioeconómico.

O despovoamento é um dado, não forçosamente uma fatalidade. A re-composição dos equipamentos sociais e o refazer das sociabilidades são inevitáveis. O desenvolvimento local tem de se situar neste contexto e promover modelos adequados à baixa densidade populacional que, simultaneamente, são a única via para procurar refazer o rural e para o tornar um campo atractivo e capaz de fixar velhos e novos residentes.

Com o despovoamento e com uma larga parte da população com uma "estratégia" apenas defensiva, no caso dos rurais *agrícola* e de *baixa densidade*, coexistem as *novas* procuras e os seus agentes e promotores, bem como algumas dinâmicas populacionais que, de seguida, se referem. Assim, a dissociação dos locais de residência e de trabalho, muito documentada e estudada para o rural *urbano* e de *indústria e serviços* (cf. Almeida, 1986), verifica-se também na zona de *baixa densidade*, onde, em 2001, mais de um quarto da população activa trabalha fora do concelho onde reside.

Há também outros movimentos a registar. Há novos residentes que se instalaram, apenas para residir ou também para desenvolverem algum negócio ou iniciativa. Retornaram emigrantes. Surgem "neo-rurais" num ou noutro ponto como, por exemplo, na Serra da Lousã (Dinis e Malta, 2003). Em muitos concelhos, cresce a renovação das velhas casas para residências secundárias, por vezes construídas de raiz. Os emigrantes e os que trabalham nas cidades regressam no Verão, no Natal, em muitos casos nos fins de semana. É um movimento com grande amplitude (cf. Cardoso *et al.*, 2006, e Faria, 2006) que não tem sido devidamente avaliado apesar de contribuir decisivamente para animar o pequeno comércio local, os fornecedores de serviços e os artífices que se dedicam à construção. Os emigrantes são também uma presença nalgumas freguesias.

Relativamente à imigração, apenas em três das oito freguesias abrangidas pelo *Inquérito II*, mais de um quarto dos inquiridos assinalou a presença de imigrantes, residindo e/ou trabalhando. Foi o que se verificou em Montalvo (86% dos inquiridos), Tôr (76%) e Vila Nova de São Bento (70%), enquanto em Mofreita, Ventosa e Pedrógão de São Pedro ninguém referiu a presença de imigrantes. Centrando agora a apreciação apenas nas três freguesias com maior percentagem, verificou-se ainda que o Leste da Europa foi indicado como a principal origem dos imigrantes e a maior parte dos inquiridos, em cada uma das freguesias, indicou ainda que os imigrantes estão integrados e que não há situações de conflito. Já relativamente ao contributo para o desenvolvimento das freguesias as respostas foram menos unânimes: em Montalvo, a maioria das respostas foi positiva; já em Tôr e Vila Nova de São Bento o não foi o mais indicado.

Pode agora concluir-se. Primeiro, sobre a relação dos povoados rurais com os espaços social e da economia.

Como se referiu no ponto anterior deste texto, no espaço rural a população já não depende, de modo preponderante, da produção agrícola. Ganham importância a construção, os serviços e a indústria. As unidades que

desenvolvem estas actividades, em particular as de maior dimensão, relacionam-se, em geral, com mercados que ultrapassem largamente o âmbito dos locais onde estão implantadas. As actividades ambientais, territoriais e ligadas à *herança rural* emergiram e consolidam-se com uma importância crescente. Vão convertendo o espaço rural num *espaço de consumo*, comandado pelas procuras urbanas.

Na população coexistem *novas* dinâmicas e velhas permanências. Entre estas, destacam-se os habitantes com "estratégias defensivas", muitos deles dependentes de pensões e reformas. Para as *novas* dinâmicas, com a excepção dos emigrantes que retornaram e dos novos residentes, a relação com os povoados rurais não corresponde a qualquer centralidade destes.

Tem ainda de se salientar que os movimentos e tendências que se referiram têm expressões locais diversificadas de uma zona a outra, e mesmo de um lugar a outro.

Do que antes se referiu, nomeadamente das dinâmicas da população rural e da economia do espaço rural, decorre que o *local* já não coincide com o espaço da economia, nem delimita mercados de trabalho. De facto: as economias locais estão crescentemente articuladas com "fluxos exteriores" e são sobretudo estes que as estruturam; o *local* é crescentemente local de residência de trabalhadores cujas actividades são extra locais e é, simultaneamente, local de trabalho de residentes noutros locais.

Paralelamente, o espaço social dos residentes também ultrapassa as fronteiras do local, como o evidenciam os resultados apresentados no quadro 7.7, apesar das acentuadas diferenças encontradas entre as freguesias inquiridas e do carácter parcial dos aspectos considerados. A propósito deste último ponto, note-se que, por exemplo, um motivo hoje tão relevante como fazer compras (ir ao supermercado da cidade mais próxima) não foi indicado no questionário do inquérito. O panorama encontrado subavalia assim, seguramente, a situação que actualmente se verifica. Convém ainda notar que as respostas se referem a motivos pelos quais o inquirido saiu da freguesia e não ao número de vezes que saiu por cada motivo. Ou seja, pretendeu-se identificar as esferas da vida de cada inquirido que normalmente estão associadas a relações fora da freguesia.

Avaliou-se também o *consumo* do espaço, para além das produções agrícola e florestal, e verificou-se que este não é apenas uma prática de residentes em cidades de maior dimensão. De facto, como mostrou o *Inquérito II* (quadro 7.7), este *consumo* encontra-se difundido nalguns aglomerados rurais. Os resultados obtidos parecem, no entanto, evidenciar que é nas freguesias onde é maior a influência da indústria — no caso, Eiriz, Montalvo e Ventosa¹¹ — que aquele consumo tem maior expressão. Ou seja, os modos de vida que estão

11 Cf. Os trabalhos já referidos nas notas 6 e 9.

Quadro 7.7 Deslocações para fora da freguesia, no último ano, para além da rotina quotidiana de trabalho. Percorrer, no último ano, o espaço agro-florestal da freguesia para passear, lazer ou desporto

Freguesias (zona do rural) ⁽¹⁾	Número de inquiridos	Deslocações para fora da freguesia ⁽²⁾				Porcentagem do número de inquiridos que percorreram, no último ano, o espaço agro-florestal ⁽⁴⁾ da freguesia, para passear, lazer ou desporto
		Número médio de motivos, por inquirido	Porcentagem do número de inquiridos que se deslocaram por ⁽³⁾			
			1 a 2 motivos	3 a 5 motivos	≥ 6 motivos	
Eiriz (U)	84	4.1	18	52	21	63
Montalvo (IS)	64	5.2	8	42	45	59
Tôr (IS)	49	2.2	43	41	0	0 ⁽⁵⁾
Sever (A)	48	5.0	8	52	40	0
Ventosa (A)	44	6.2	5	23	66	43
Moffreita (BD)	17	3.4	12	88	0	24
Pedregão de São Pedro (BD)	29	2.1	66	31	3	3
Vila Nova de São Bento (BD)	124	3.3	35	46	15	21

(1) U - Urbano; IS - Indústria e serviços; A - Agrícola; BD - Baixa densidade.

(2) Deslocações por fora da freguesia, no último ano, para além da rotina quotidiana de trabalho, por motivo de: motivos familiares; conviver com amigos; tratar de assuntos profissionais ou negócios; motivos religiosos (peregrinações, retiros); participar em festas e romarias; lazer, cultura ou desporto; caça ou pesca; motivos de saúde; cuidar do património familiar; cuidar da exploração agrícola; participar em organizações sociopolíticas; outro.

(3) A diferença para 100% corresponde a inquiridos que não se deslocam por fora da freguesia e as que se deslocam sem especificarem o motivo.

(4) "Terças agrícolas" e/ou "floresta"; e/ou "matos, áreas de cultivo e/ou florestais abandonadas, áreas queimadas em regeneração e pastagens naturais".

(5) Houve 59% de não respostas.

Fonte: Inquérito II, questões 14 e 73.

(2007), com base em informação do *Inquérito II*, por uma diversidade associada às características de cada *local*. Assim, esta autora evidenciou que de sete¹³ variáveis seleccionadas para identificar cada inquirido, a *freguesia de residência* era a que, com maior significado estatístico, explicava as diferenças encontradas nas respostas a quinze quesitos¹⁴ do *Inquérito II*.

O rural: as economias locais

Resta, agora, analisar as economias *locais*, para além das constatações anteriores. Com este objectivo, definiram-se, com as limitações decorrentes dos elementos a que se recorreu, duas componentes na economia dos habitantes do *local*: uma *residencial* e outra *produção/competitividade* (adaptado de Davezies, 2008). A delimitação destas componentes foi estabelecida tendo em atenção os elementos disponíveis no trabalho em que se apoia a análise (Rolo, 2006), e relativamente aos quais o seu próprio autor referia: "Sublinho, portanto, que o rigor dos valores que agora apresento se cinge a ordens de grandeza, valores que valem sobretudo em termos relativos". A análise que se segue amplia, e muito, estas reservas.

Posta esta precaução apresentam-se as hipóteses em que se baseiam as estimativas. Na *componente residencial* somaram-se os rendimentos dos residentes provenientes de (das): transferências periódicas (por exemplo, pensões e reformas) e não periódicas (por exemplo, subsídios de desemprego); receitas não monetárias, onde se englobam o autoconsumo, autoabastecimento, autolocação (por exemplo, a casa própria), transferências e salários em géneros; entidades não-agrícolas cujo âmbito de actividade é apenas a freguesia, ou seja, as que apenas prestam serviços ou produzem para vender localmente.

A *componente produção/competitividade* corresponde aos rendimentos dos residentes cuja origem é (são): a agricultura e a silvicultura; as entidades não-agrícolas cujo âmbito é regional, nacional ou internacional; as entidades não-agrícolas com âmbito concelhho.

Em relação as estas últimas entidades, este critério foi aplicado com uma excepção. De facto, a opção feita pressupõe que as entidades com âmbito

12 Num outro ponto aborda-se este tema.

13 As variáveis foram as seguintes: freguesia de residência; idade; sexo; nível de instrução; actividade profissional (combina a condição perante a actividade económica com a situação na profissão); sector de actividade; local de trabalho (freguesia, concelho, fora do concelho).

14 Os quinze quesitos repartem-se pelos campos seguintes: relação com a freguesia e com o espaço que a envolve; opinião sobre a freguesia; sociabilidade local; conflitualidade; participação em acontecimentos na freguesia e em grupos, redes e organizações formais ou informais; avaliação da influência dos grupos sociais e das instituições na freguesia; melhores vias para o desenvolvimento; avaliação da importância da agricultura e da floresta na freguesia.

associados a esta influência levaram a uma construção social dos tempos livres em que tem lugar o *consumo* de espaço.

Ressalta assim, apesar das diferenças de um lugar a outro, que nos processos de transformação das economias locais e do espaço social dos residentes, "o espaço *material* da geografia" se dissociou dos "diferentes *espaços construídos*, constituídos pelos campos de relações objectivas que são parcialmente independentes da localização dos indivíduos" (Champagne, 2002). Ou seja, as comunidades rurais tradicionais são agora *locais* do espaço rural.

Agora, a segunda conclusão. A população rural melhorou as condições de vida e, no plano das sociabilidades e da relação com os lugares de residência, as persistências coexistem com algumas mudanças. De qualquer modo, cada *local* mantém toda a sua relevância como um espaço de: residência e quadro de vida da população; representação de interesses, nomeadamente através da representatividade e acção das autarquias;¹² cidadania e participação cívica e política. Esta relevância é ainda marcada, como mostrou Geadas

Quadro 7.8 Repartição do rendimento dos residentes pelas componentes residencial e produção/competitividade

Zonas do rural	Freguesia	Rendimento dos residentes (%) ^(*)	
		Componente residencial	Componente produção/competitividade
Urbano	Eiriz (Paços de Ferreira)	39	61
Indústria serviços	Montalvo (Constância)	30	70
	Tôr (Loulé)	35	65
Agrícola	Sever (Santa Maria de Penaguião)	67	33
	Ventosa (Vouzela)	46	54
Baixa densidade	Mofreita (Vinhais)	73	27
	Pedrogão de São Pedro (Penamacor)	74	26
	Vila Nova de São Bento (Serpa)	61	39

(*) Para repartir o rendimento dos residentes originado pelas actividades não-agrícolas pelos âmbitos (freguesia, concelho e outros) das entidades locais envolvidas, admitiu-se que este se reparta proporcionalmente à PRUA. Para obter a repartição de PRUA por cada um destes âmbitos, admitiu-se que esta se reparta proporcionalmente ao número de postos de trabalho das entidades, de cada um dos âmbitos, o que foi apurado no *Inquérito 1* do Projecto AGRO 62.

Fonte: Elaboração feita com base em Rolo (2006) e no *Inquérito 1* do Projecto AGRO 62.

concelho não estão prevalentemente articuladas com dinâmicas locais, mas que têm um inserção mais ampla. Esta opção é particularmente discutível no caso da freguesia de Pedrogão de São Pedro em que, dadas as características do concelho onde se insere¹⁵ e o peso destas entidades no rendimento, pareceu mais adequado integrá-las na componente *residencial*. Refira-se, ainda, que no conjunto das freguesias analisadas por Rolo (2006), as entidades não-agrícolas de âmbito concelho só têm peso relevante no rendimento dos residentes, em três unidades: Eiriz (28%); Pedrogão de São Pedro (20%) e Vila Nova de São Bento (10%).

Os resultados das estimativas (quadro 7.8) evidenciam, com toda a im perfeição com que foram obtidos — que, de novo, se sublinha — dois modelos para a economia de que vive o rural.

No rural *urbano* e no de *indústria e serviços*, prevalece a *componente-produção/competitividade*, mas, convém salientar, com grandes diferenças de um local a outro. Exemplifica-se com as freguesias analisadas. Assim, em Eiriz prevalece uma indústria, com uma tradição enraizada, mas assente em baixos salários e em trabalho pouco qualificado (Rodrigo, 2005). No caso de Montalvo, a história industrial é recente, exige-se mão-de-obra qualificada e a competitividade das unidades fabris não se explica pelos salários baixos (M. Baptista, 2006). Finalmente, em Tôr a articulação com os mercados faz-se, principalmente,

através da população que trabalha no concelho, mas fora da freguesia, em unidades de serviços (Coelho, 2006).

As vias da transição rural passam, de qualquer modo, nos rurais *urbano* e de *indústria e serviços*, pela salvaguarda e fortalecimento das dinâmicas de inserção nas economias regionais, nacionais e internacionais. Na *baixa densidade* e no rural *agrícola*, apesar dos valores de Ventosa, impõe-se a *componente residencial*, ou seja, o *local* aparece, na expressão de Davezies (2008), como o “*suporte de uma população*” e não como uma economia inserida nos mercados, produtora de bens e prestadora de serviços. Convém ainda acrescentar que esta *componente residencial* corresponde a uma herança antiga. A origem dos rendimentos que a integram provém de uma população rural que, em parte, se esforça por sobreviver às transformações em curso. Não se trata, como noutros países e zonas da União Europeia, de aglomerados cuja *atractividade residencial* os torna sobretudo *captadores* de rendimentos de novos residentes, permanentes ou temporários. Para estes rurais *agrícola* e de *baixa densidade* desenham-se duas vias: captar rendimentos, desenvolvendo a sua *atractividade residencial*; privilegiar uma capacidade de inserção nos mercados através, nomeadamente, da promoção e organização de actividades ambientais, territoriais e ligadas à *herança rural*. Como é evidente, estas duas vias podem combinar-se das mais diversas maneiras. O peso de cada uma não será, no entanto, indiferente, pelo menos para a dinâmica de cada região, nomeadamente em relação à alternativa entre captar residentes com rendimentos ou desenvolver uma base produtiva e prestadora de serviços.

Nestas zonas do rural, o debate sobre as opções a tomar também não pode ignorar a grande diversidade das situações locais. Assim, Ventosa (Veiga *et al.*, 2006), apesar de situada no rural *agrícola*, encontra-se numa mancha em que se verifica uma forte influência do emprego na indústria. Sever (Carnadas, 2006), pelo contrário, encontra-se no cerne do espaço rural onde é maior a influência da agricultura e o seu destino está, nesta fase, muito ligado à economia da vinha e do vinho.

No rural de *baixa densidade* há, também, uma acentuada diferença entre Pedrogão de São Pedro (Lourenço, 2005) e Vila Nova de São Bento (Veiga, 2005b). Nesta última freguesia, encontram-se nos sectores da construção, da indústria agro-alimentar e da distribuição, um conjunto significativo de empresas e iniciativas “viradas” para fora da freguesia e que contrastam com a precariedade das economias centradas nos moradores, que caracterizam uma parte dos lugares de *baixa densidade*, como é o caso de Pedrogão de São Pedro.

O espaço agro-florestal

No contexto da transição rural, a utilização do espaço agro-florestal exige também duas notas. Na primeira vão analisar-se duas perspectivas de leitura

¹⁵ Cf. Lourenço (2004 e 2005).

do espaço: a decorrente das funções que este assegura à sociedade e a dos interesses que se ocuparam, tradicionalmente, do espaço. A segunda, sobre os direitos de propriedade.

Recordam-se, antes, as cinco funções que o espaço assegura: produção agrícola; produção florestal; protecção ambiental e conservação da natureza, a par da valorização económica dos recursos naturais; actividades territoriais (caça, desporto, lazer, ...) e actividades associadas à *herança rural* (património material e imaterial), nomeadamente quanto à sua valorização económica. Na repartição destas actividades pelo espaço há casos em que, duas ou mais, podem coexistir na mesma mancha, mas há situações em que se verifica uma acentuada especialização, como nas plantações de eucalipto em que se visa obter lenho para a indústria.

A leitura do espaço agro-florestal, feita na perspectiva destas funções, difere da que corresponde aos interesses que tradicionalmente se ocuparam do espaço, em particular no caso da agricultura e da floresta. No caso da primeira destas actividades, uma estimativa¹⁶ sobre a utilização da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) evidencia que 45% desta é gerida visando a maximização de subsídios cujo montante é independente da produção obtida, ou seja, visando a maximização da renda fundiária. Apenas 55% da SAU é utilizada tendo como objectivo a obtenção de um resultado económico através da produção de bens e serviços. Isto significa que dos 3,7 milhões de hectares que, no Continente, as explorações agrícolas indicam como SAU, apenas 2,0 milhões de hectares correspondem a produção agrícola e os outros 1,7 milhões são geridos como propriedade fundiária.

Também na área da floresta se pode estimar (Baptista, 2006) a parte que é dedicada à obtenção de produtos florestais (madeira para serrar e folhear, madeira para celulose, cortiça, resina e frutos florestais), ou seja, a produção florestal. Esta parte não excede, seguramente 2, 6 milhões de hectares.

Estabelecidas estas estimativas pode, agora, apresentar-se um quadro geral da ocupação do espaço do Continente: águas interiores, 1%; áreas sociais, 3%; produção agrícola, 23%; produção florestal, 29%; *outras áreas* 42%. Esta última designação engloba: a parte da SAU onde a actividade agrícola é sobretudo um pretexto para maximizar subsídios; a parte de área florestal que não está dedicada à obtenção de produtos florestais; áreas improdutivas e incultos.

Sem prejuízo de que possa haver expansão ou retracção das áreas dedicadas às produções agrícola e florestal, as funções que a sociedade pode agora esperar das *outras áreas* correspondem às funções ambiental, actividades territoriais e ligadas à *herança rural*. Como é evidente, e já atrás se notou, estas funções podem envolver todo o espaço agro-florestal, ou seja, também as

16 Ver capítulo 3.

áreas dedicadas às produções. Sucede, contudo, que estas últimas estão associadas, ou mesmo subordinadas, aos objectivos produtivos.

Esta tipologia da utilização do espaço agro-florestal tem o mérito de não confundir o desempenho destas funções com os critérios e posições dos tradicionais interesses agrícolas e florestais. As implicações deste tema são relevantes no debate sobre o delineamento e a aplicação das políticas públicas.

Os interesses agrícolas, e os seus intelectuais orgânicos, pretendem redefinir a delimitação da agricultura defendendo que as explorações agrícolas devem abranger não apenas a produção mas também as novas funções. O debate, bem entendido, não se centra neste ponto. A questão é outra. Algumas das vertentes destas funções, em particular da ambiental, não correspondem a bens e serviços comerciais, pelo que não têm mercado e, dada a necessidade de serem asseguradas, devem ser pagas pelos dinheiros públicos. É aqui que começa a questão. Face a este panorama há duas alternativas, que se apresentam de modo muito esquemático. Uma, consiste em definir os serviços ambientais e pagá-los a quem os realizar a menor preço. Recorde-se, a este propósito, a declaração de um responsável do Ministério da Agricultura da Alemanha, em Março de 2000. "Uma empresa competente, com sede em Berlim, faria uma gestão mais eficaz e mais barata da paisagem bávara do que os agricultores da Baviera" (cit. por Perraud, 2004).

A segunda posição coincide com a defesa da multifuncionalidade normativa, ou seja, com o pressuposto de que a satisfação plena das expectativas da sociedade exige a manutenção dos sistemas agrários (cf. Gómez-Limón e Barreiro, 2007). Esta deverá ser assegurada (paga) pelo Estado e o pagamento seria feito não apenas em correspondência directa com os serviços identificados como necessários, mas para manter a estrutura das explorações agrícolas. O debate sobre a gestão ambiental do espaço rural e, mais concretamente, das superfícies integradas nas explorações agrícolas, pois é do que se trata, não pode, de qualquer modo, iludir a identificação e o custo dos serviços ambientais (Baptista e Arnalte, 2008).

Resumindo, pode agora concluir-se que a multifuncionalidade pode ser a estratégia mais conveniente para gerir sistemas agrários de modo a estes poderem realizar, a um custo aceitável, os serviços ambientais. Este é o lado da oferta e dos seus agentes. Para o Estado, o objectivo é que estes serviços sejam executados, de modo conveniente, ao menor custo possível. Ou seja, para a procura não é relevante a questão da multifuncionalidade. Este é um debate central relativamente à intervenção pública na transição rural. A posição dos interesses agrícolas, que defendem a multifuncionalidade normativa, situa-se na perspectiva, antes referida, da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) com o objectivo — altamente lucrativo — de gerir uma larga parte da SAU com o objectivo — altamente fundiária. A própria aplicação das medidas agro-ambientais tem vindo a ser feita, em muitos casos, mais como um apoio ao rendimento (Rodrigo, 2003) do que com um efectivo impacto ambiental

positivo. O actual discurso sobre a multifuncionalidade normativa pode afinal ser apenas mais um avatar para legitimar a maximização de rendas fundiárias.

A segunda nota refere-se aos direitos de propriedade pois, como sublinha Ortiz (2008), a questão dos direitos de propriedade sobre a terra é central nos debates sobre a transição rural. No caso português vão destacar-se dois pontos. O primeiro relativo aos efeitos da PAC, na sua vertente de apoio à propriedade, e o segundo sobre a transição da propriedade agrícola para a propriedade ambiental.

Nas zonas em que as ajudas directas da PAC tiveram maior peso, de que os campos cerealíferos do Alentejo são um bom exemplo, o recuo de produção agrícola foi acompanhado pela persistência dos subsídios, concedidos independentemente das quantidades produzidas. Neste caso, a terra agrícola converteu-se numa consolidada e rentável propriedade fundiária.

Nas situações em que houve retracção da produção agrícola mas em que teve pouco peso a distribuição de ajudas directas (subsídios da PAC, desligadas da produção), como foi o caso da Terra Fria Transmontana, tende a haver, como mostrou Rodrigues (2000), uma flexibilização das modalidades de acesso ao uso da terra para além da definição legal do estatuto da propriedade.

O segundo ponto refere-se à transformação da terra agrícola em propriedade ambiental, associada à retracção da produção agrícola e ao desenvolvimento de actividades ambientais e territoriais. Esta transformação acompanha a conversão do ambiente de um bem livre para um bem económico e conduz a uma redefinição do exercício dos direitos de propriedade. Na terra agrícola, a propriedade delimitava a apropriação do que nela se produzia. Na propriedade ambiental, o que está em causa é o consumo ambiental do próprio espaço e portanto é este que se apropria. Por isto, muitas terras — em especial no Alentejo — onde antes a fronteira coincidia com os contornos das áreas, são agora fechadas e cercadas a qualquer trânsito. Os reacertos da propriedade associados à política agrícola, à economia do espaço e ao direito do ambiente ainda estão a dar os seus primeiros passos e suscitam, nomeadamente em relação ao consumo ambiental do espaço, questões relevantes no que se refere ao autoconsumo ambiental e à equidade.

A importância do primeiro não vem sendo considerada na contabilização dos rendimentos dos proprietários fundiários, em especial dos de maior dimensão. Esta falha causa uma distorção evidente no cálculo dos rendimentos fundiários e dos apoios públicos à conservação da natureza, além de falsear a avaliação das rendibilidades e da economia do espaço. Uma medida desta distorção é, de algum modo, sugerida por uma estimativa, para Espanha, do Valor Acrescentado Verde da floresta em que se avaliou, em 48%, a parte correspondente aos serviços ambientais privados autoconsumidos pelos proprietários (cf. Campos, 2005, Campos *et al.*, 2005, Campos e Caparrós, 2006).

As novas procuras relativas ao espaço abrangem actualmente uma ampla, e crescente, parte da população urbana. O consumo do espaço é hoje um tema que renova os parâmetros da relação da sociedade com o seu espaço, suscitando a questão da equidade no domínio do consumo ambiental e territorial, nomeadamente quando a protecção ambiental é subsidiada com dinheiros públicos. Acautelar esta equidade é uma via que pode contribuir para legitimar a aceitação social do apoio à conservação da natureza.

O tema da propriedade, tanto na sua articulação com as políticas públicas como com o consumo ambiental do espaço, tem, assim, de ser equacionado no actual processo de transição rural, embora em Portugal tenha menos relevo do que noutros países e regiões, onde está no cerne das teorias que visam explicar as transformações do espaço e do rural. É o caso, para o Reino Unido, da teoria da “reestruturação rural”, que enfatiza as dinâmicas do espaço, em particular em torno das questões da propriedade, e subalterna as características e as actividades da população rural (cf. Marsden *et al.*, 1990 e 1993, Murdoch e Marsden, 1994, Murdoch *et al.*, 2003 e a excelente análise crítica de Ortiz, 2005). Esta abordagem, ajustada à realidade para que foi elaborada, implica, para ser heurística, que a economia da população rural se associe estreitamente à economia do espaço. Em Portugal, não é esta a situação e há um acentuado desfasamento entre a população rural e a economia do espaço.

A persistência da agricultura

Neste ponto, vão apresentar-se alguns factores que contribuem para explicar a bem visível presença da agricultura, no rural e na sociedade, para além da sua expressão económica. Esta referência não pode, de qualquer modo, iludir o continuado afastamento, no último meio século, entre o rural e a agricultura. De facto, a análise da correlação, ao nível de concelho, entre a variação percentual da população rural e a percentagem da população activa agrícola no final de cada um dos intervalos considerados mostrou, para cada um dos períodos, que uma maior presença da actividade agrícola está associada a uma maior erosão do rural. Os intervalos considerados foram: 2001-1991; 1991-1981; 1981-1970; 1970-1960 e 1960-1940 (cf. Poças, 2006 e Baptista *et al.*, 2004).

Apesar deste crescente afastamento, há ainda uma vincada presença da agricultura. Abordam-se, de seguida, alguns dos pontos que explicam esta persistência.

Uma parte assinalável da população residente tem uma relação com a agricultura por situação familiar, dado que pertence a agregados domésticos de que um dos elementos é titular de uma exploração agrícola. No Continente, esta parte da população, que se designa por população agrícola familiar, é superior a um décimo dos residentes (quadro 7.9). Nos concelhos onde se

Quadro 7.9 Dois indicadores do peso social da agricultura

Concelhos onde se localiza o rural:	População agrícola familiar (%)		População com tempo de actividade na exploração agrícola População activa agrícola
	População residente		
Urbano	7		4,2
da Indústria e serviços	16		5,9
Agrícola	34		4,6
de Baixa densidade	28		4,3
Continente ⁽¹⁾	11		4,5

(1) Inclui todos os concelhos do Continente, mesmo os que não foram considerados para a definição das zonas do rural.
Fonte: Censo da População 2001 e Recenseamento Geral da Agricultura 1999.

localizam os rurais *agrícola* e de *baixa densidade* esta proporção é bem mais elevada.

Esta relação tem, de qualquer modo, decrescido nas últimas décadas. Para o Continente a evolução foi a seguinte: 1968/70, 36%; 1979/81, 29%; 1989/91, 19% e 1999/01, 11%. A tendência que estes valores traduzem evidencia, por um lado, a diminuição relativa da população agrícola familiar mas, por outro, permite adiantar a hipótese de que uma parte da população, superior aos actuais 11%, já conviveu com a proximidade da agricultura.

É também esclarecedora a relação entre o número dos que trabalham nas explorações agrícolas (a tempo inteiro ou dedicando-lhes apenas uma parte do seu tempo de actividade) e os que foram classificados, no censo da população, como empregados na agricultura e que foram incluídos na população activa agrícola (PAA). Para o Continente esta relação é de 4, 5, mas nos concelhos onde se localiza o rural de *indústria e serviços* tem um valor bastante superior (5, 9). O segredo da elevada expressão deste indicador está no tempo dedicado ao cultivo agrícola, por muitos dos que têm como situação principal um emprego fora da agricultura ou o estatuto de reformado.

As considerações anteriores têm como base a informação dos censos da população e dos recenseamentos gerais da agricultura. Nestes últimos são classificadas como explorações agrícolas as unidades que estão acima da dimensão mínima definida pelos critérios estatísticos. Em 1999, por exemplo, foram recenseadas as que, de modo genérico, tinham uma área da superfície agrícola utilizada igual ou superior a um hectare. Isto significa que todos os hortejos e quintais abaixo desta dimensão não foram abrangidos pelo recenseamento e, portanto, as considerações anteriores relativas à população agrícola familiar deixaram de lado o universo destas pequenas parcelas. Não é também plausível que os que se ocupam destas pequenas unidades tenham sido classificados, nos censos da população, como população activa agrícola.

Há, assim, um mundo do cultivo da terra omisso nestas estatísticas. Sucede, no entanto, que este cultivo, integrado na vida e na história das famílias, associa os que o fazem, para além da sua relevância económica, ao universo afectivo e simbólico da agricultura.

Um trabalho (Rodrigues e Esteves, 2006) sobre a freguesia de Montes da Senhora, concelho de Proença-a-Nova, exemplifica a amplitude desta realidade. Nesta freguesia foram identificados 283 explorações agrícolas pelo *Recenseamento Geral da Agricultura* (RGA) de 1999 e mais 312 hortejos agrícolas que não atingiam a dimensão mínima para serem considerados no RGA. Desse modo, 209 são de residentes fora do concelho, 5 de residentes no concelho mas não em Montes da Senhora e 88 são habitantes da freguesia. Esta tem 925 residentes e 414 famílias. Pode ainda admitir-se que quase todos os titulares das explorações agrícolas residem na freguesia. Isto significa que, contabilizando os hortejos, nove décimos das famílias de Montes da Senhora têm uma relação directa com o cultivo da terra.

Os 209 hortejos de residentes fora do concelho são de famílias que saíram da freguesia, que trabalham e habitam noutras zonas, mas que mantêm uma residência em Montes da Senhora, onde vêm com frequência, nomeadamente, para *olharem* pelas suas parcelas. O universo agrícola é, assim, também exportado para as cidades.

O relacionamento da população com o cultivo da terra não exprime toda a *presença* da agricultura. Esta emerge também na vida da população, rural e urbana, sob outras formas. Assim, Silva (1994) evidenciou, num trabalho sobre uma freguesia do concelho de Guimarães, que, no processo de transformação social, as *novas* experiências da comunidade *local* são reinterpretadas em função da herança histórica e simbólica da "colectividade camponesa tradicional" e concluiu-se que na aldeia, agora "pluriactiva e operária", "a identidade colectiva em reconstrução é a de um *povo camponês sem camponeses*".

Com outra perspectiva, Rodrigo (1994) estudou, no concelho de Barcelos, percursos e identidades de operários-agricultores. A autora concluiu que estes personagens se identificavam como operários, embora os seus colegas de fábrica os remetesse para a categoria de agricultores. Pelo seu modo de vida, pelas suas práticas e comportamentos, eram agricultores, mas eram reconhecidos como operários nos povoados onde viviam. O carácter *híbrido* das famílias de operários-agricultores foi também posto em evidência num outro trabalho (Wall, 1998) sobre duas freguesias do concelho de Barcelos, onde se nota que estas famílias "se encontravam num ponto-charneira entre a pequena agricultura e o emprego assalariado pouco qualificado". Concluiu-se, ainda, que têm "gosto e competência pelas tarefas agrícolas" embora reconhecendo que estas não representam "qualquer futuro para os filhos".

Os estudos, cujas conclusões se referiram nos parágrafos anteriores, apoiam-se em elementos reunidos há mais de década e meia e situam-se na zona que se definiu como rural *urbano*. Evidenciam, de qualquer modo, que

mesmo em casos com maior proximidade urbana a influência social e cultural da agricultura acompanha a transformação social e mantém marcas que perduram para além da erosão da tradicional vida rural agrícola.

Os indicadores e as conclusões apresentados reflectem uma *presença* da agricultura, nos planos social e cultural, mais ampla do que a evidenciada pelo seu peso económico. Esta *presença* coexiste, de qualquer modo, com o declínio continuado da agricultura nas práticas e sociabilidades locais. Há, mesmo, rearticulações a uma escala local e parcelar que, por um lado, indiciam a relevância daquele declínio e, por outro, mostram como as relações sociais e as práticas culturais e simbólicas se vão recompondo. Assim, por exemplo, Godinho (2006), num estudo sobre Varge (concelho de Bragança), mostra como a emigração e a perda de centralidade da agricultura alteraram, nas sociabilidades da comunidade aldeã, o lugar e o sentido das festas do fim do Verão e do Inverno. Mostra, ainda, como aquela perda se repercutiu no próprio ritual da festa, nomeadamente no teor das loas recitadas na *feira dos rapazes* ou no facto de, nestas mesmas festas, o vinho da aldeia ser substituído pela cerveja e por outras bebidas de elevado teor alcoólico. Também o trabalho de Raposo (2006) sobre os "Caretos" de Podence (concelho de Macedo de Cavaleiros), evidencia consequências, de algum modo similares, do declínio da agricultura.

Um outro plano da relação das populações rurais com a agricultura é o da opinião e das expectativas dos residentes relativamente a esta actividade. No quadro 7.10 sintetizam-se os resultados obtidos no *Inquérito II*, relativamente a três aspectos: a influência dos diferentes grupos sociais; a importância económica das diferentes actividades e a opinião sobre qual delas é a melhor opção para o desenvolvimento local.

Nas freguesias dos rurais *urbano* (Eiriz) e da *indústria e serviços* (Montalvo), a preponderância atribuída à indústria ressalta de forma inquestionável. Mesmo em Ventosa, classificada como rural *agrícola*, mas com muito peso da indústria, esta e a construção civil destacam-se nas respostas apuradas. Em Sever, rural *agrícola* por excelência, impera o reconhecimento do relevo da agricultura e dos que nela trabalham. Nas três freguesias do rural de *baixa densidade*, a agricultura também foi indicada como a melhor opção para o desenvolvimento, apesar de, com a excepção de Mofreita relativamente ao rendimento e ao emprego, não ocupar a primazia das respostas nos apuramentos relativos à influência dos grupos sociais e à importância das actividades. E, sobretudo, apesar de em duas freguesias (Mofreita e Vila Nova de São Bento) a maior parte dos inquiridos ser mesmo de opinião que a agricultura vai regredir nos próximos anos.

A explicação para este panorama no rural de *baixa densidade*, onde a agricultura já não é preponderante, decorre, seguramente, da conjugação de três factores: o imenso espaço agro-florestal que agora não é aproveitado para a produção agrícola; a debilidade e a fragilidade que os residentes reconhecem

Quadro 7.10 Influência dos grupos sociais e importância das actividades nas freguesias⁽¹⁾

Freguesia (zona do rural) ⁽²⁾	Número de inquiridos	Grupo social que foi considerado pelo número de inquiridos como tendo "muita influência" na vida local		Actividade que foi considerada pelo número de inquiridos como "muito importante" para o emprego e o rendimento dos residentes	Actividade que foi considerada pelo número de inquiridos como sendo a melhor opção para o desenvolvimento da freguesia	Indicou a agricultura como a melhor opção para o desenvolvimento da freguesia nos próximos cinco anos	
		considerado pelo número de inquiridos como tendo "muita influência" na vida local	considerado pelo número de inquiridos como tendo "muita importante" para o emprego e o rendimento dos residentes			é de opinião que a agricultura vai regredir ou desaparecer nos próximos cinco anos	indicou a agricultura como a melhor opção para o desenvolvimento da freguesia nos próximos cinco anos
Eiriz (U)	84	Operários (94%)	Indústria (95%)	Indústria (93%)	Indústria (48%)	19%	55%
Montalvo (IS)	64	Operários (79%)	Indústria (94%)	Indústria (100%)	Indústria (45%)	19%	56%
Ventosa (A)	44	Operários (68%)	Agricultura (68%)	Agricultura (85%)	Agricultura (88%)	88%	15%
Mofreita (BD)	17	Estudantes (68%)	Construção civil (68%)	Construção civil (84%)	Indústria (64%)	20%	70%
Pedrogão de S. Pedro (BD)	29	Comerciantes e Pessoas ligadas a actividades culturais (59%)	Agricultura (62%)	Agricultura (94%)	Agricultura (53%)	53%	82%
Vila Nova de São Bento (BD)	124	Reformados /desporto (64%)	Construção civil (64%)	Construção civil (89%)	Agricultura (51%)	51%	63%

(1) Não se indicam os apuramentos para Tór devido ao número muito elevado de respostas não sabendo responder, nos questionários 29, 31 e 33. (2) U - Urbano; IS - Indústria e serviços; A - Agrícola e BD - Baixa densidade. Fonte: *Inquérito II*, questões 29, 31, 33 e 71.

às suas economias locais e principalmente a percepção da inexistência de outras perspectivas. Dada esta conjugação, o retomar da agricultura aparece como a solução.

Sucedo, no entanto, que os baixos níveis de emprego associados à modernização técnica dos processos produtivos, a crescente perda de importância, nos mercados de produtos agrícolas e de meios de produção, dos povoados rurais relativamente às cidades das regiões, bem como a orientação das políticas públicas, inviabilizam esta alternativa. Esta constatação não tem impedido que os interesses agrícolas organizados (associações, confederações, ...) evoquem a multifuncionalidade da agricultura e com este fundamento renascer desta actividade, pago com subsídios públicos. Resta acrescentar que a influência destes interesses contrasta com a débil expressão e fraca capacidade institucional dos grupos e instituições com uma perspectiva territorial.

As apreciações e comentários anteriores, apoiados em elementos de origem diversa e, nalguns casos, muito parcelares, evidenciam tanto uma persistência da relevância social e cultural da agricultura, como o reconhecimento, pelos próprios residentes do rural, que já não é a actividade com maior importância social e económica, nem a que, neste plano, reúne mais expectativas. Nesta última conclusão a excepção óbvia é o rural *agrícola*, como seria de esperar, e o rural de *baixa densidade*, onde os habitantes parecem não identificar outras alternativas.

Para além das dimensões analisadas, a relação rural/agricultura remete também para as procuras, em especial urbanas, que actualmente estão em acentuado crescimento relativamente à *herança rural* (património material e imaterial), ao consumo ambiental do espaço e às actividades territoriais (caça, desportos, ...). Alguns estudos recentes mostram que o relacionamento com a agricultura difere conforme o objectivo específico do consumidor urbano.

Na *herança rural* englobam-se paisagens rurais, antigos equipamentos e construções agrícolas, produtos de qualidade associados a um território, saberes tradicionais, e festas e costumes locais. A colocação desta *herança* no mercado depende, fundamentalmente, dos agentes que promovem e comercializam estes tipos de património. De qualquer modo, como nota Chevallier *et al.* (2000), a "agricultura permanece uma peça central do dispositivo patrimonial". Ou seja, a evocação do tradicional, agrícola e rural, é bem recebida pelos consumidores urbanos. Os produtos de qualidade são um caso evidente deste acolhimento (Fragata, 2003).

As paisagens agrícolas cultivadas ou pastoris também recolhem as preferências de alguns tipos de consumidores como mostram Santos (1999) e Madureira (2001). Esta autora evidencia, ainda, a relevância da habituação na preferência pela paisagem, ou seja, a agricultura pode ser preferida apenas porque corresponde à rotina. Assim, mostra que os urbanos de Vila Real e de

Bragança têm nítida predilecção "pelos atributos de paisagem que lhes são mais familiares".

Noutros casos, porém, a persistência da agricultura pode não ser valorizada. Assim, Figueiredo (2003a e 2007), com base num estudo dedicado ao consumo ambiental do espaço centrado no Parque Natural de Montesinho e na Serra da Freita, conclui, apesar de diferenças entre estes dois espaços, que os visitantes, na sua grande maioria exteriores às zonas, valorizam sobretudo os aspectos naturais: a maior parte dos visitantes vê "as paisagens do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita como uma realidade não construída por Homens, animais e máquinas. Aqui reside (...) a grande motivação para o consumo destas áreas; isto é, como reservas de qualidade ambiental mais do que como lugares de preservação de tradições e de memórias e, sobretudo, mais do que como lugares *vividos* por outros actores sociais" (Figueiredo, 2003a). Os residentes, pelo contrário, dão prioridade ao "desenvolvimento económico", em que se integram as práticas agrícolas. A agricultura marca, neste caso, a diferença entre o "rural vivido" dos residentes e o "rural visitado" dos consumidores urbanos.

Nos parágrafos anteriores evidenciou-se que o afastamento social e cultural da agricultura em relação ao rural é menos linear do que a dissociação no plano da produção, do trabalho e do rendimento das famílias. Por um lado, o cultivo da terra abrange muitas pessoas que não são contadas nos indicadores económicos. Por outro, a agricultura persiste nas identidades e em práticas das famílias rurais que já não vivem sobretudo da produção agrícola. Referiu-se também como se associa, com ajustamentos a que obriga o seu declínio, aos rituais e festas locais.

As *presenças* da agricultura não geram, de qualquer modo, ilusões nos residentes rurais sobre a sua influência e importância, que já não são reconhecidas como as mais relevantes no conjunto das actividades praticadas. Exceptuam-se, neste ponto, como atrás se notou, o rural *agrícola* e, na parte das expectativas, o rural de *baixa densidade*.

Do lado dos consumidores urbanos, a atitude face à agricultura não é uniforme. Em muitos casos, a sua presença é valorizada, mas quando o objectivo é o consumo ambiental do espaço pode ser um obstáculo. Na mensagem sobre o espaço rural, transmitida pela comunicação social, o *espaço de consumo* já se sobrepõe ao espaço de produção.

Esta síntese decorre, como é evidente, dos elementos antes referidos. Não são contornos definitivos, nem exactos, de uma realidade em grande transformação. Certamente que, com outros resultados e análises, se pode obter uma imagem mais firme e matizada. O que parece, no entanto, marcar ainda a fase actual da transição rural é uma presença social e cultural da agricultura, para além do seu peso económico.

Quadro 7.11 Participação em "grupos, redes e organizações formais e informais" e confiança nos outros

Freguesias (zona do rural) ⁽¹⁾	Número de inquiridos	Participação em "grupos, redes e organizações formais ou informais"		Confiança nos outros moradores da freguesia (percentagem do número de inquiridos que é de opinião que se pode confiar na maioria das pessoas)
		Número médio de participações por inquirido	Percentagem do número de participações no âmbito ⁽²⁾	
			religioso, do lazer, cultural, desportivo, do voluntariado e da solidariedade social, ⁽³⁾ ao nível local	socio-económico ⁽⁴⁾
Eiriz (U)	84	1.2	86	7
Montalvo (IS)	64	1.0	92	47
Tôr (IS)	49	0.1	50	96
Sever (A)	48	0.3	93	29
Ventosa (A)	44	2.4	84	80
Mofreita (BD)	17	1.1	94	76
Pedrogão de São Pedro (BD)	29	0.5	71	41
Vila Nova de São Bento (BD)	124	0.9	79	51

(1) U - Urbanc; IS - Indústria e serviços; A - Agrícola; BD - Baixa densidade.

(2) A diferença para 100% corresponde a outras participações.

(3) Comissão de festas, bombeiros voluntários, sociedade recreativa, clube desportivo, organizações religiosas, grupo cultural, Santa Casa da Misericórdia, associação de caçadores, grupo de amigos.

(4) Rede comercial, cooperativa, sindicato, associação patronal, grupo de pessoas com objectivos económicos.

Fonte: *Inquérito II*, questionários 20 e 22.

Um rural autárquico

Como se referiu num ponto anterior, as transformações das últimas décadas vincaram uma separação entre o local como espaço de residência, de cidadania e de participação cívica e política, e as dinâmicas da economia e da vida social, que estão crescentemente articuladas com os sistemas urbanos.

A esta separação associa-se, como nota Hespanha (2003), evocando Banfield (1958), a existência, "de forma generalizada", do "peso da ética familiar/individualista" que "inibe" a articulação das comunidades locais com o seu exterior, nas dinâmicas económicas e sociais que hoje se impõem na vida local. Os resultados do *Inquérito II* parecem confirmar esta conclusão. Referiu-se antes (ver quadros 7.4 e 7.5) que, de um modo geral, se está perante um rural de nascimento, familiar, de interconhecimento, com participação da população nas actividades da freguesia e, nalguns casos, a entreajuda ainda atinge um nível assinalável. Estas características associam-se a contextos sociais com uma forte integração social (cf. Woolcock, 1998 e Moyano, 2008). Sucede, no entanto, que nalgumas freguesias inquiridas esta integração não é

acompanhada (quadro 7.11) pela existência de confiança mútua que é considerada por muitos autores, na sequência do trabalho de Putnam (1994), como um requisito que pode favorecer o desenvolvimento social (Halman, 2003).

As freguesias em que se registou um baixo nível de confiança são, sobretudo, Eiriz, Sever e Pedrogão de São Pedro. A coexistência desta situação com uma forte integração social, pode não ser alheia à persistência cultural de uma herança camponesa em que, como mostrou Cabral (1989) para o Alto Minho, a "inveja" alimenta conflitos que enredam as relações na comunidade rural embora, com frequência, sem uma expressão pública.

Verifica-se (quadro 7.11), de qualquer modo, que, tanto nas freguesias onde reina a confiança como nas outras, a participação dos inquiridos em "grupos, redes e organizações formais ou informais" se regista, com larga preponderância, em actividades religiosas, de lazer, culturais, desportivas, de voluntariado e de solidariedade social, centradas no interior da freguesia. Nas actividades de natureza socioeconómica (redes comerciais, sindicatos, associações patronais, grupos com objectivos económicos), previsivelmente articuladas com o exterior, a participação tem uma expressão muito reduzida nas freguesias inquiridas.¹⁷ A percentagem mais elevada de Tôr não tem significado dado o nível muito baixo de participação nesta freguesia.

Os inquiridos — os residentes no rural — estão assim afastados de uma articulação com as dinâmicas económicas e sociais que, do exterior, condicionam e se vão impondo em cada local. Este afastamento parece, no entanto, ser compensado pela confiança e esperança que depositam na mediação das autarquias locais. A atitude e a opinião relativamente a estas entidades foi avaliada no conjunto das organizações e instituições locais ou directamente associadas à vida local, e cada inquirido, foi questionado relativamente aos seguintes aspectos: "merece a sua confiança" (as possibilidades de resposta eram: muita, pouca, nenhuma, não sabe/não responde); "vem cumprindo os objectivos que lhe são atribuídos" (muito, pouco, não sabe/não responde); qual considera mais importante "para a sua actividade profissional", "para si como membro da freguesia" e "para o desenvolvimento da freguesia". Numa outra pergunta indagava-se sobre a influência de cada uma das organizações e instituições na vida da freguesia (muita, pouca, nenhuma, não sabe/não responde). Nesta última questão as entidades explicitadas no inquérito eram: Junta de Freguesia; Câmara Municipal;

17

Note-se, ainda, que o apuramento deste quesito relativamente ao universo das pessoas singulares residentes activas (e não de todas as pessoas singulares residentes, a que se refere o quadro 7.11) deu resultados similares e que confirmam as conclusões apresentadas. A saber: Eiriz, 69 pessoas singulares residentes activas e 4% de participação no âmbito socioeconómico; Montalvo, 40 e 8%; Tôr, 30 e 25% (também com um índice de participação muito baixo); Sever, 34 e 0%; Ventosa, 34 e 16%; Mofreita, 6 e 0%; Pedrogão de São Pedro, 15 e 0%; Vila Nova de São Bento, 73 e 8%.

Quadro 7.12 Organizações e instituições. Grau de confiança

Organizações /instituições	Grau de confiança (percentagem do número de inquiridos que responderam muita confiança)							
	Eiriz	Montalvo	Tôr	Sever	Ventosa	Mofreita	Pedrogão de São Pedro	Vila Nova de São Bento
Junta de Freguesia	80	84	69	85	89	88	69	78
Câmara Municipal	63	94	63	81	82	94	66	75
Associação de Desenvolvimento Local	8	0	20	38	70	29	17	20
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	3	66	2	15	64	88	66	41
Zona Agrária	19	0	4	25	73	71	20	23
Centro de Emprego	31	45	2	15	39	18	21	24
Serviço de Segurança Social	36	56	2	38	61	41	45	39
Centro ou Extensão de Saúde	17	95	6	50	77	82	42	50
Escola	82	94	16	69	77	71	91	74
Polícia/Guarda Nacional Republicana	43	83	22	31	73	76	85	58
Bombeiros	92	83	16	71	95	88	67	69
Tribunal	26	2	0	6	55	35	17	17
Repartição de Finanças	43	77	0	10	77	59	40	41
Igreja	68	94	6	46	84	94	49	58
Número de inquiridos	84	64	49	48	44	17	29	124

Fonte: Inquérito II, quesito 20.

Associação de Desenvolvimento Local; Escola; Polícia/Guarda Nacional Republicana; Bombeiros; Igreja/Pároco; Tribunal; Repartição de Finanças e qualquer outra que o inquirido quisesse acrescentar. Nas questões antes referidas, a esta lista acrescentaram-se: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo; Zona Agrária; Centro de Emprego; Serviço de Segurança Social e Centro ou Extensão de Saúde.

Antes de comentar o quadro 7.12, refere-se que os resultados das respostas aos quesitos "vem cumprindo os objectivos que lhe estão atribuídos" e sobre a influência na vida da freguesia, acompanham, em grandes linhas, as conclusões que se retiram da análise do grau de confiança que as instituições e organizações merecem aos inquiridos. Ou seja, as respostas sobre o grau de confiança, a avaliação do cumprimento dos objectivos e a influência local vão no mesmo sentido e expressam-se em valores que autorizam uma conclusão comum para as três questões. Sendo que, a influência na vida da freguesia apenas se refere às entidades explicitadas na pergunta relativa a este quesito.

Quadro 7.13 Organizações e instituições. Grau de importância

Freguesia (zona do rural) (1)	Número de inquiridos	Grau de importância (percentagem do número de inquiridos que indicaram a instituição como a mais importante)			
		"como membro da freguesia"		"para o desenvolvimento geral da freguesia"	
		Junta de Freguesia	Câmara Municipal	Junta de Freguesia	Câmara Municipal
Eiriz (U)	84	42	1	85	5
Montalvo (IS)	64	23	16	38	28
Tôr (IS)	49	51	4	53	2
Sever (A)	48	75	13	67	23
Ventosa (A)	44	70	2	64	16
Mofreita (BD)	17	76	6	76	12
Pedrogão de São Pedro (BD)	29	76	10	93	3
Vila Nova de São Bento (BD)	124	25	10	42	46

(1) U - Urbano; IS - Indústria e serviços; A - Agrícola; BD - Baixa densidade.

Fonte: Inquérito II, quesito 20.

Agora, o quadro 7.12. Apenas a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal recolheram mais de cinquenta por cento das opiniões "merece muita confiança", em todas as oito freguesias. Das outras entidades, destacam-se a Escola, Bombeiros, Igreja, Polícia/Guarda Nacional Republicana, Centro ou Extensão de Saúde e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Estes resultados indicam a relevância das autarquias e confirmam, sem surpresa, a confiança que as populações têm na Igreja e nos serviços de educação, saúde e de segurança, tanto de pessoas e bens como relativamente aos incêndios. Recorde-se, de novo, para reforçar estas conclusões, que a avaliação do cumprimento dos objectivos e da influência acompanham o "grau de confiança" nas instituições e organizações.

A relevância das autarquias destaca-se ainda com nitidez nas respostas a duas outras questões antes indicadas: qual a entidade mais importante como "membro da freguesia" e "para o desenvolvimento da freguesia" (quadro 7.13). De facto, em relação a estes quesitos apenas as autarquias, em particular a Junta de Freguesia, recolheram de modo significativo e generalizado a indicação de "mais importante". As outras situações em que, com algum significado, se registaram respostas "muito importantes" nestas duas perguntas, foram escassas. Assim, apenas ocorreram resultados iguais ou superiores a dez por cento dos inquiridos, relativamente à situação "como membro da freguesia", nos seguintes casos: Centro ou Extensão de Saúde, em Montalvo (38% dos inquiridos) e Vila Nova de São Bento (41%); Escola, em Eiriz (14%). No quesito sobre a importância para o desenvolvimento da freguesia, os dez por cento só foram excedidos em Montalvo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (11%).

Finalmente, no quesito sobre a importância para a actividade profissional, prevaleceram largamente as não-respostas, ou seja, as instituições e

Quadro 7.14 Entidade ou iniciativa mais influente para promover o desenvolvimento

Organizações/ instituições ⁽¹⁾	Número de inquiridos	Entidade ou iniciativa mais influente para promover o desenvolvimento da freguesia/concelho (porcentagem do número de inquiridos)				
		Associações industriais	Associações agrícolas	Autarquias	Iniciativas individuais	Outras e não respostas
Eiriz (U)	84	11	6	73	1	9
Montalvo (IS)	64	22	5	61	2	10
Tôr (IS)	49	-	12	69	2	17
Sever (A)	48	2	77	13	-	8
Ventosa (A)	44	5	-	59	23	13
Mofreita (BD)	17	6	6	76	6	6
Pedregão de São Pedro (BD)	29	24	4	72	-	-
Vila Nova de São Bento (BD)	124	2	8	71	5	14 ⁽²⁾

(1) U - Urbano; IS - Indústria e serviços; A - Agrícola; BD - Baixa densidade.

(2) Associações de comerciantes e entidades prestadoras de serviços às entidades económicas, 10%.

Fonte: Inquérito II, quesito 70.

organizações referidas não são consideradas relevantes para este domínio da vida dos inquiridos. De facto, em apenas nove casos (freguesia x instituição) houve respostas que se situaram entre os 10% e os 21%.

As questões que se têm vindo a analisar referem-se sobretudo a entidades públicas e associativas sem fins lucrativos que actuam localmente. Na análise feita destacou-se a relevância das autarquias que, como evidencia o quadro 7.14, se mantêm quando, a propósito das "entidades e iniciativas promotoras de desenvolvimento", se consideraram também entidades cooperativas e privadas com fins lucrativos. A única excepção neste panorama é Sever, onde a Adegas Cooperativa Caves de Santa Marta tem grande peso económico e institucional no contexto do concelho e uma presença incontornável na viticultura, que constitui a principal actividade local (Carnadas, 2006). Em todas as outras freguesias, mesmo nas que se situam no rural urbano (Eiriz) e de indústria e serviços (Montalvo e Tôr), as populações confiam sobretudo nas autarquias e, excepto em Ventosa, pouco valorizam as iniciativas individuais.

Em Sever, onde impera a vinha, a economia tem um rosto identificável: o da principal instituição que localmente assegura a relação da freguesia com o mercado. Assim, a Adegas Cooperativa e as autarquias repartem, na avaliação dos moradores, os principais papéis: a primeira, para a economia, as segundas, para o espaço social de residência e de participação.

Nas outras freguesias inquiridas não prevalecem dinâmicas económicas enraizadas numa produção endógena. Paralelamente, a multiplicidade, e muitas vezes a precariedade dos agentes locais e exteriores, e a diversidade

dos fluxos, não permitem associar a economia local a uma entidade em que se possa confiar como sendo determinante para promover o desenvolvimento. Restam, então, as autarquias como esperança para, a par da vida cívica, promover a economia.

Nota final

Ao longo do capítulo já foram sendo retirados comentários conclusivos. Agora vai apenas fazer-se um breve balanço do percurso em que se insere a transição rural.

Há mais de um século, Sertório do Monte Pereira associava a diversidade do espaço rural à geografia dos cereais de pão: trigo, milho e centeio. Rural e agricultura eram sinónimos e esta hegemonizava a utilização do espaço. O abastecimento público era a função da agricultura e os estudiosos começavam a interessar-se pelas condições de vida da população rural.

Quase meio século depois, Orlando Ribeiro renova a leitura da diversidade do espaço rural: mantém a referência aos cereais mas, alargando o âmbito, centra-se nos sistemas agrários, relacionando-os com as influências climáticas e enraizando-os na sua própria história. A agricultura continuava a coincidir com o rural, mas começava a debater-se o seu contributo para a industrialização do país.

Esta foi-se impondo e a análise de agricultura foi mudando de referencial. Do abastecimento e das condições de vida, passou-se aos temas do desenvolvimento e da modernização. Em 1963, Castro Caldas evidencia as diferenças existentes nos níveis de desenvolvimento agrícola dos territórios do Conatinente e, no ano seguinte, Sedas Nunes distingue duas faces no país: "expansão industrial e estagnação agrícola"; "economia moderna e economia tradicional"; "civilização moderna e civilização tradicional".

Assistiu-se, depois, a grandes transformações no espaço rural. Inicialmente, foram as consequências do grande êxodo da década de sessenta, uma maior abertura da economia do país e a crescente modernização da agricultura. Depois, os acontecimentos dos anos pós 1974, nomeadamente a Reforma Agrária e a contra-Reforma Agrária, e, sobretudo, a acção das autarquias democraticamente eleitas. Registam-se, ainda, desde meados dos anos oitenta, os efeitos da integração na União Europeia.

Neste percurso, o espaço agroflorestal deixou de ser hegemonizado pela agricultura, e desta foi-se também separando progressivamente a economia da população rural. Neste contexto, apesar da influência social e cultural da agricultura, a diversidade do espaço rural deixou de decorrer das características dos sistemas agrários. Passou a ser marcada pela densidade populacional e pela influência relativa dos diferentes sectores de actividade económica. Impuseram-se ainda, desde os anos noventa, as preocupações ambientais e foram também crescendo procuras associadas à valorização económica

dos recursos naturais e do património rural, e às actividades territoriais (caça, lazer, desporto, ...).

Paralelamente a estes processos, em cada *local*, o "espaço material da geografia" dissociou-se dos espaços social e da economia, e a designação rural deixou de remeter para qualquer especificidade sociológica. O tradicional *espaço de produção* vai passando a *espaço de consumo*, e este emerge também como um projecto-natureza, enraizado sobretudo na população urbana.

Nesta transição, diferenciam-se duas realidades na população e na economia. Assim, no rural de *baixa densidade* e no *agrícola*, contrariamente ao que se passa nas outras duas zonas, o envelhecimento da população e o despovoamento são ainda muito vinculados. São dois aspectos que se reflectem nas economias *locais*, onde a diferença é também evidente. Nos rurais *urbanos* e da *indústria e serviços*, estas economias, apesar das suas debilidades, estruturam-se principalmente com base em dinâmicas produtivas e de prestação de serviços, inseridas em economias mais amplas. Nas outras duas zonas, as economias *locais* estão sobretudo associadas ao *suporte* da população rural tradicional, em que prevalecem as transferências de rendimentos, as receitas não monetárias e as actividades de âmbito local. São, assim, economias de *resistência*, para que se torna necessário encontrar, com benefício da população rural, formas e modalidades de articulação com economias mais amplas. É, afinal, desta articulação que, em qualquer das zonas, depende o futuro da transição rural. Este, num rural marcado pela presença das autarquias, vai sendo desenhado entre a legítima fidelidade dos eleitos locais ao mercado dos votos e as iniciativas mobilizadoras, e viáveis, para as economias locais.